

MORTALIDADE MATERNA NO BRASIL: UM GRAVE PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Camila Valadares Giardini, Vinicius Barroso De Sousa, Ana Vitória Figueira Fagundes Gonçalves, Monica Alves Queiroz, Ronaldo Cesar Silva Gomes, Lara Geovana Dos Santos Bezerra, Davi Neto Camargo Mesquita, Lucas Shangenis De Holanda Gama, Karla Gomes Da Silva

Palavras-Chave: Óbito. Desigualdade. Impacto social.

DOI: 10.47094/IVCNNESP.2023/RS.15

Introdução: Tem-se como morte materna o óbito de uma mulher no período gestacional ou até 42 dias após o término da gestação, podendo ser classificada em obstétrica direta, ocasionada por complicações obstétricas durante a gestação, parto ou puerpério e obstétrica indireta, resultante de patologias prévias a gestação, nas quais foram agravadas pelos efeitos fisiológicos da gravidez. Nesse viés, as estatísticas sobre a mortalidade materna têm sido apontadas como o melhor indicador da saúde da população feminina, atuando como um grave problema de saúde pública, sobretudo nos países em desenvolvimento. Objetivo: Analisar o impacto da mortalidade materna como índice de saúde no Brasil. Metodologia: Trata-se de uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa de artigos em inglês e português, a partir de pesquisas realizadas nas bases de dados eletrônicos PubMed e Scielo, do ano 2006 a 2021. Resultados: A mortalidade materna reflete a qualidade de vida de uma região, especialmente os cuidados prestados à assistência à saúde da população feminina, sendo um reflexo da desigualdade dos países subdesenvolvidos. No Brasil, a razão de morte materna em 2019 foi de 57,9 mortes por 100 mil nascidos vivos, enquanto em 2020 a 2021 foi de 74,7 e 100,9, respectivamente. De 2019 a 2021, houve um crescimento de 74% de óbitos maternos, o que configura um grave problema de saúde pública no país. Países em desenvolvimento têm razão de mortalidade materna (RMM) de 239 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos. Para a OMS, considera-se razoável até 20 óbitos maternos, por 100 mil nascidos vivos. Dessa forma, a RMM elevada indica um cenário de condições socioeconômicas precárias. No Brasil, o perfil de mulheres gestantes ou puérperas que vão a óbito é composto por mulheres na faixa etária adulto-jovem, com baixo nível de escolaridade, solteiras e de cor preta e parda, refletindo o impacto social da desigualdade. Conclusão: É notável a necessidade de políticas públicas visando a redução da mortalidade materna no Brasil, no que tange tanto a notificação dos casos como novas medidas e programas para melhoria da saúde do país.